

RESISTÊNCIAS URBANAS NA PERIFERIA DE LIMA (PE) FRENTE À INJUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Urban resistance in the outskirts of Lima (PE) in the face of socio-environmental injustice

Resistencia urbana en la periferia de Lima (PE) ante la injusticia socioambiental

Aura Luz Fernandez Abarca*

Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira**

Karla Emmanuela Ribeiro Hora***

*Doutoranda na Universidade Federal de Goiás, Goiania, Brasil – aura8fer@gmail.com

**Professora Voluntária na Universidade Federal de Goiás, Goiania, Brasil – celenemonteiro05@gmail.com

***Professora Associada na Universidade Federal de Goiás, Goiania, Brasil – karla_hora@ufg.br

Recebido em 11/05/2025. Aceito para publicação em 27/09/2025.

Versão online publicada em 19/03/2026 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

As metrópoles latino-americanas enfrentam processos crescentes de vulnerabilização ambiental, com poucas iniciativas verdadeiramente ecológicas. Os elementos naturais das cidades são frequentemente instrumentalizados para favorecer interesses de mercado, em detrimento da sustentabilidade urbana e das populações mais vulneráveis. O contexto de injustiça socioambiental reforça conflitos, mas também impulsiona resistências coletivas que enxergam a natureza como um fator social e até cultural. Este trabalho busca aprofundar a reflexão sobre as múltiplas formas de resistência que emergem em resposta à conformação mercantilizada das cidades. Nesse modelo urbano, cada componente é passível de ser apropriado e moldado para otimizar os fluxos de capital. A pesquisa foca na análise de uma área periférica de Lima, no Peru, onde se entrelaçam características típicas da cidade capitalista, como a segregação social, a degradação ambiental e as tensões sociais. Ao explorar as dinâmicas locais, percebe-se que as diversas formas de resposta nas periferias do sistema capitalista consistem em iniciativas de enfrentamento e contestação à injustiça ambiental a través de sistemas alternativos como os Comuns e o ecofeminismo.

Palavras-chave: Resistências urbanas. Comuns. Ecofeminismo. Injustiça socioambiental.

Abstract:

Latin American metropolises face increasing environmental vulnerability processes, with few truly ecological initiatives. The natural elements of cities are often instrumentalized to favor market interests, to the detriment of urban sustainability and the most vulnerable populations. The context of socio-environmental injustice reinforces conflicts but also drives collective resistance that sees nature as a social and even cultural factor. This work seeks to deepen the reflection on the multiple forms of resistance that emerge in response to the commodified conformation of cities. In this urban model, each component is capable of being appropriated and shaped to optimize capital flows. The research focuses on the analysis of a peripheral area of Lima, in Peru, where typical characteristics of the capitalist city intertwine, such as social segregation, environmental degradation and social tensions. By exploring local dynamics, it becomes clear that the various forms of response in the peripheries of the capitalist system consist of initiatives to confront and contest environmental injustice through alternative systems such as the Commons and ecofeminism.

Keywords: Urban resistance. Commons. Ecofeminism. Socio-environmental injustice.

Resumen:

Las metrópolis latinoamericanas enfrentan crecientes procesos de vulnerabilidad ambiental, con pocas iniciativas verdaderamente ecológicas. Los elementos naturales de las ciudades se instrumentalizan con frecuencia para favorecer los intereses del mercado, en detrimento de la sostenibilidad urbana y de las poblaciones más vulnerables. El contexto de injusticia socioambiental refuerza los conflictos, pero también impulsa las resistencias colectivas que ven la naturaleza como un factor social e incluso cultural. Este trabajo busca profundizar la reflexión sobre las múltiples formas de resistencia que emergen en respuesta a la conformación mercantilizada de las ciudades. En este modelo urbano, cada componente puede apropiarse y moldearse para optimizar los flujos de capital. La investigación se centra en el análisis de una zona periférica de Lima, Perú, donde se entrelazan características típicas de la ciudad capitalista, como la segregación social, la degradación ambiental y las tensiones sociales. Al explorar las dinámicas locales, queda claro que las diferentes formas de respuesta en las periferias del sistema capitalista consisten en iniciativas para enfrentar y desafiar la injusticia ambiental a través de sistemas alternativos como los Comunes y el ecofeminismo.

Palabras-clave: Resistencia urbana. Común. Ecofeminismo. Injusticia socioambiental.

1. Introdução

Enquanto cidades se apresentam como motores do desenvolvimento econômico, reproduzem lógicas de exclusão socioambiental que aprofundam desigualdades históricas. O modelo urbano hegemônico, pautado pela mercantilização do espaço e pela homogeneização técnica, trata a natureza como obstáculo a ser domado. Este artigo parte dessa crise para investigar como a urbanização capitalista, em sua fase globalizada, não apenas transforma ecossistemas, mas também redefine as relações entre sociedade e natureza, privilegiando interesses de acumulação em detrimento da vida.

A obra de Milton Santos (2006) oferece um marco analítico crítico essencial ao demonstrar que a técnica urbana dominante não age sobre um vazio: ela interage com resíduos históricos e conflitos sociais, produzindo espaços fragmentados. No contexto latino-americano, essa dinâmica é particularmente aguda. Cidades como Lima, capital do Peru, exemplificam como a expansão urbana descontrolada e justificada por discursos desenvolvimentistas gera passivos socioambientais que recaem desproporcionalmente sobre populações vulneráveis. Teóricos decoloniais como Ailton Krenak (2022) ampliam essa crítica ao denunciar a "obsessão pelo concreto" do atual planejamento urbano.

Neste contexto, emergem resistências que reconfiguram o debate. Coletivos juvenis, movimentos ecofeministas e redes comunitárias, como os analisados em Lima, desafiam a dicotomia sociedade-natureza ao praticar formas alternativas de gestão territorial. Inspirados por conceitos como *comuns urbanos* (Hardt; Negri, 2011) esses grupos não apenas contestam a ordem vigente, mas performam novas epistemologias do espaço. O caso do "Muro da Vergonha" – barreira física que segregou comunidades pobres de áreas privilegiadas por

décadas – e sua posterior demolição graças à mobilização local, ilustra como a justiça ambiental é indissociável da justiça social.

Este artigo se estrutura em três eixos interligados: (1) uma crítica à urbanização mercadológica e seus impactos socioecológicos; (2) a análise de alternativas concretas baseadas nos comuns e o ecofeminismo, com ênfase em experiências latino-americanas; e (3) uma reflexão sobre o potencial dessas práticas para subverter a lógica dominante. Utilizando metodologia qualitativa e estudos de caso com visitas a campo para coleta de dados, argumentamos que a crise ambiental urbana não é um "efeito colateral", mas um sintoma de um modelo que privilegia a rentabilidade sobre a reprodução da vida.

2. Sobre a lógica mercadológica da cidade

A cidade mercadológica como produto técnico homogeneizador consequente da globalização encontra contraditórios no sul global. Santos (2006) elucida sobre as tensões produzidas desse encontro, as quais não podem ser demarcadas meramente como uma resistência de heranças físico-territoriais no espaço, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas. A técnica dominante do urbanismo, em sua fase capitalista, interatua com os resíduos históricos e o presente social, o que gera diferentes produtos e reações na materialidade.

O processo de globalização, em sua fase atual, revela uma vontade de fundar o domínio do mundo na associação entre grandes organizações e uma tecnologia utilizada. Mas a realidade dos territórios e as contingências do "meio associado" asseguram a impossibilidade da desejada homogeneização (Santos, 2006, p. 27).

Ao observar nossas cidades, especialmente na América Latina, apresentam passivos socioambientais constantes, que se assemelham mesmo em urbes contrastantes, mas geram reações que espelham a estrutura social e política de cada local. A influência de um modo único de desenvolvimento tem atendido as necessidades do crescimento econômico independentemente de atender ou não as necessidades das sociedades locais. Lucros massivos são derivados às centralidades econômicas do mundo, enquanto os efeitos concretos como os impactos ambientais e precarização da vida são vivenciados primeiro localmente, especialmente pelos setores mais vulneráveis e propensos a precarização socioambiental.

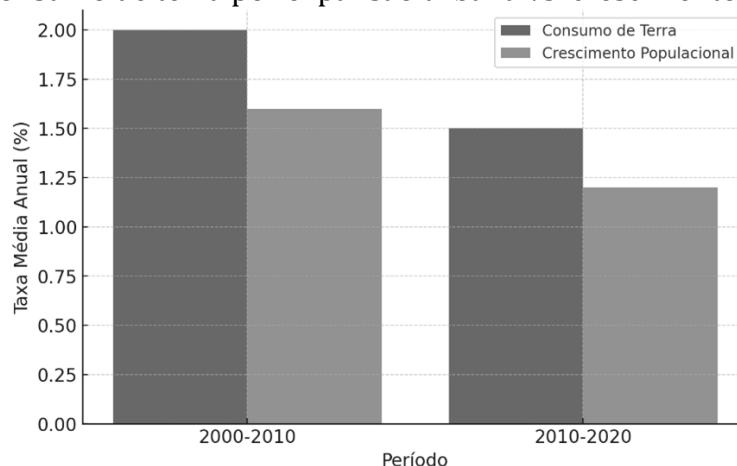
Tanto atores governamentais como as próprias iniciativas dos lugares afetados se deparam com o cenário de um sistema de problemas ecológicos multiescalares, o qual possui

origem e/ou influência externa. A conservação ambiental enfrenta desafios intrincados que variam em escala desde o individual até o global. A interação entre os sistemas ecológicos e as comunidades humanas se manifesta de maneiras complexas e, frequentemente, interdependentes, exigindo uma abordagem integrada para a compreensão e mitigação das questões ambientais. O capitalismo na sua fase atual opera diversificando de forma acelerada os usos da natureza, aprofundando a dicotomia sociedade-natureza, na qual se entenda a mesma como um recurso e não como fator social.

As economias mundo de que fala Braudel marcam uma etapa importante nesse processo, já que as mudanças afetam cada vez mais lugares e não tem origem unicamente local. Com a marcha do capitalismo, amplia-se a tendência a que, sobre a diversificação da natureza, operada pelas forças naturais, se realize uma outra diversificação, também a escala global, mediante forças sociais. Primeiro, o social ficava nos interstícios; hoje é o natural que se aloja ou se refugia nos interstícios do social (Santos, 2006, p. 27).

Diferentes explanações tendem a relacionar desacertadamente a vulnerabilidade ambiental das cidades com o crescimento populacional, especialmente com o crescimento dos mais pobres. O Relatório sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2023 da ONU (ONU, 2023) indica que globalmente, as cidades expandiram-se fisicamente mais rapidamente do que as suas taxas de crescimento populacional, com taxas médias anuais de consumo de terra de 2,0%, em comparação com taxas de crescimento populacional de 1,6% entre 2000 e 2010, e 1,5%, em comparação com 1,2%, respectivamente, entre 2010 e 2020, com base em dados de 681 cidades entre 1990 e 2020 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Consumo de terra por expansão urbana vs. crescimento populacional global



Fonte: Relatório sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2023)

Santos (2013) refletiu sobre relacionar problemáticas urbanas diretamente ao crescimento populacional e a um determinado setor da sociedade, como os grupos pobres. Na sua obra *Pobreza urbana* verifica que direcionar questões como miséria nas cidades ao simples crescimento populacional das regiões subdesenvolvidas é desviar o esforço para entender as origens dos contraditórios do desenvolvimento urbano.

O grande erro é considerar a urbanização como uma variável independente e não o que ela realmente é: um epifenômeno. Com efeito, a cidade é o lugar privilegiado do impacto das modernizações, já que estas não se instalam cegamente, mas nos pontos do espaço que oferecem uma rentabilidade máxima. O processo é velho, mas agravou-se recentemente. Por conseguinte, procurar as explicações e os remédios a partir do próprio problema urbano significa simplesmente lutar contra os sintomas do mal sem procurar sus causas (Santos, 2013, p. 26).

Diferentes iniciativas urbanas visibilizam a questão não humana, o natural, mas há divergência entre objetivos dos diferentes atores urbanos. Uma das fases mais recentes da mercantilização da natureza se resguarda em discursos ambientalistas em prol do mercado. A sustentabilidade como terminologia descreve um conjunto de práticas que, embora sejam divulgadas como resposta efetiva a crise ambiental e benéficas para sociedade, na realidade apresentam uma abordagem superficial e ineficaz, incapaz de gerar um impacto significativo nos ecossistemas urbanos.

A fragilidade dessas iniciativas é frequentemente resultado de três fatores interligados: o greenwashing, conceito que surge no ano de 1986 pelo ambientalista Jay Westerveld através de um artigo onde criticava a ironia do movimento “salve a toalha” realizado pelos hotéis da época, assim o termo denota uma estratégia de marketing que distorce os benefícios ambientais de um produto, processo e/ou política. O segundo fator é a falta de rigor científico na elaboração e implementação das soluções propostas. Por último, uma compreensão insuficiente da complexidade inerente aos sistemas urbanos, que envolvem dinâmicas socioambientais intrincadas e interdependentes. Como consequência, essas práticas não apenas falham em resolver os problemas ambientais das cidades, mas também podem perpetuar falsas soluções, desviando recursos e atenção de medidas verdadeiramente transformadoras.

À medida que um número cada vez maior de áreas urbanas se esforça para projetar uma imagem de administração ambiental, o surgimento de iniciativas superficiais projetadas para abordar a sustentabilidade se torna cada vez mais aparente. O resultado é uma proliferação de iniciativas que, embora visualmente atraentes e potencialmente bem recebidas pelo público,

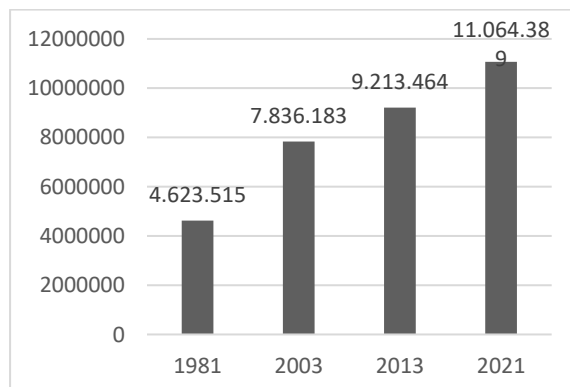
não produzem os resultados transformadores necessários para uma mudança significativa. A maior concentração de serviços ambientais favorece o setor mais privilegiado, enquanto os mais vulneráveis são excluídos e até invisibilizados. Paralelamente os vestígios de ecossistemas intraurbanos e periféricos são capitalizados para empreendimentos aprofundando ainda mais sua vulnerabilidade ante a expansão urbana.

O resultado desse sentido mercadológico da natureza no urbano é uma nova fase da dissolução da aliança do humano e o não humano. Uma civilidade que Ailton Krenak diz ser obcecada com o cimento e o asfalto, na qual vestígios naturais e originários são sufocados por uma visão estreita que insiste em afastar o não humano da paisagem urbana, o que mostra a inflexibilidade de quem planeja as urbes. O autor também incita a nos questionar a atual fase da produção das cidades: “Como reconverter o tecido urbano industrial em tecido urbano natural, trazendo a natureza para o centro e transformando as cidades por dentro?” (Krenak, 2022, p. 66).

3. Injustiça ambiental na periferia de Lima

Segundo a Centro Nacional de Planeamiento Estratégico (CEPLAN), no relatório *Análisis del crecimiento y expansión urbana a nivel nacional y el impacto a nivel regional 2023*, sinaliza que como muitas cidades da América Latina, Lima abriga uma diversidade de fatores que atravessam e produzem complexas problemáticas sociais e ambientais, além de se destacar como referência espacial e histórica de um processo de urbanização fragmentado. Um aspecto preocupante é que, enquanto a população de Lima cresce a uma taxa de cerca de 1,5% anualmente, a área urbana está a expandir-se a uma taxa muito mais elevada, entre 3% e 5% anualmente (Gráfico 2).

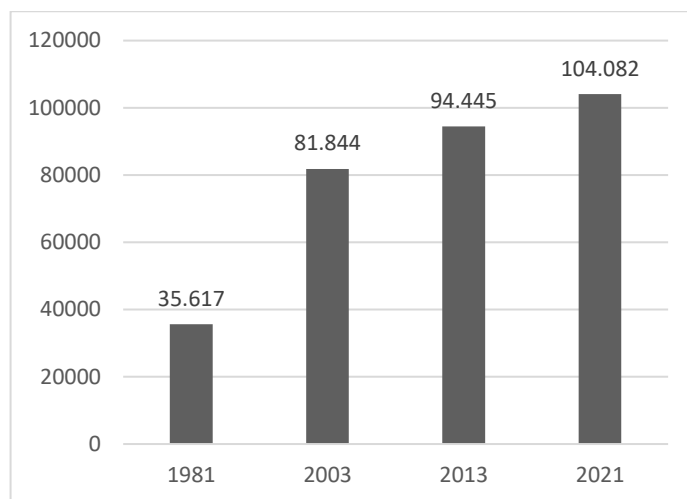
Gráfico 2 – População de Lima metropolitana (1981-2021)



Fonte: elaborado com dados do CEPLAN (2023)

A taxa de expansão urbana da região metropolitana de Lima tem sido uma das mais altas da América Latina nas últimas décadas. Entre 1980 e 2020, a área urbana de Lima multiplicou-se mais de três vezes, passando de aproximadamente 35.000 hectares para mais de 100.000 hectares (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Expansão urbana por hectares de Lima metropolitana (1981 – 2021)



Fonte: elaborado com dados do CEPLAN (2023)

Isto reflete um modelo de crescimento urbano solto e disperso, que prioriza a ocupação de novos territórios em vez de densificar áreas já urbanizadas. A cidade ganha entre 500 e 1.000 novos hectares a cada ano, muitos deles produto de urbanizações informais e grandes projetos imobiliários nas periferias. Entre 2010 e 2020, Lima adicionou cerca de 8.000 hectares adicionais à sua área urbana. Este fenômeno deve-se em grande parte à migração de outras regiões do país, à especulação imobiliária e à falta de um planejamento urbano sustentável que controle o crescimento desordenado (CEPLAN, 2023).

O mesmo relatório indica que as consequências desta expansão acelerada são graves. A perda de áreas agrícolas, afeta a segurança alimentar da cidade. Além disso, o crescimento disperso aumenta o congestionamento do tráfego e a dependência do transporte privado, agravando os problemas de mobilidade. Outro desafio crítico é a pressão sobre os recursos hídricos, uma vez que Lima já enfrenta um grave estresse hídrico e a urbanização descontrolada coloca em risco as fontes naturais de água.

As consequências do estresse ecológico de Lima são variadas como a segregação socioambiental que se materializa fisicamente através de grades, enclaves e muros. Na periferia sul os vestígios de um ecossistema natural típico do litoral Pacífico, denominado Lomas Costeras interatuam socioespacialmente com um grupo de assentamentos humanos produto

da migração e uma ineficiente política de moradia nacional, que por sua vez são fronteiriços com Santiago de Surco, um dos distritos mais privilegiados do país.

A investigação de Santos (2011) indica que essa fronteira entre área natural, assentamentos humanos e parte da classe privilegiada da cidade tem sido palco de diversos episódios de conflitos sociais ao longo das últimas 4 décadas, que incluem confronto policial, prisão de líderes sociais e a construção de um muro 10 quilômetros de comprimento com a anuência do estado pela petição dos distritos abastados próximos, com o intuito de manter a valorização imobiliária. O muro (Figura 1), denominado pela imprensa internacional como “O muro da vergonha de Lima” materializou a complexidade socioecológica dessa região da capital.

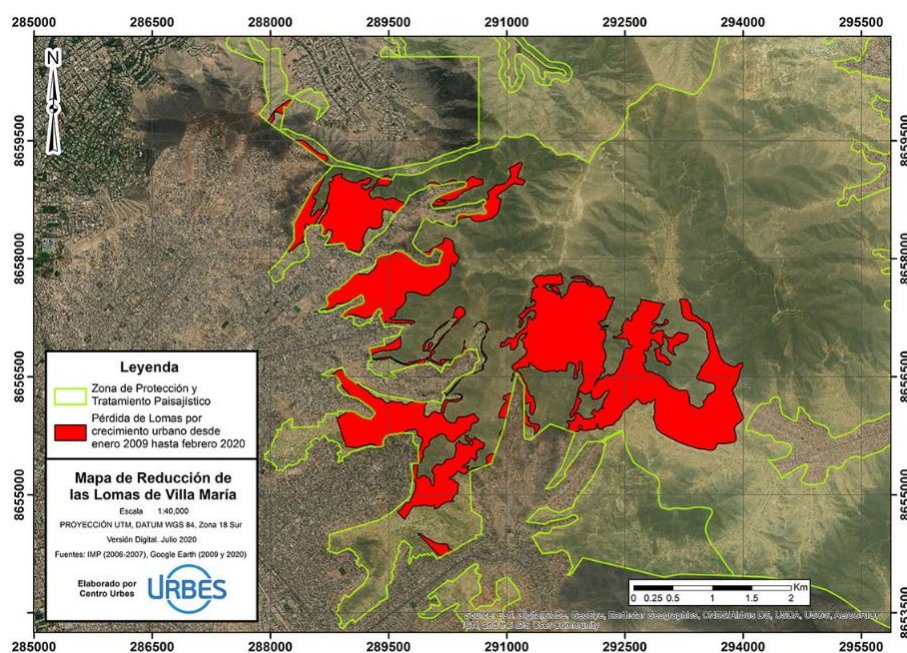
Figura 1 – Muro divisor da cidade legal e a cidade informal



Fonte: figura das autoras (2019)

A construção desse muro, além de dificultar e violar o direito do trânsito da população às regiões centrais da cidade, invisibilizava a precariedade socioeconômica dos moradores e a vulnerabilidade ambiental dos vestígios das Lomas Costeras. Embora a materialização desse muro não represente de forma ampla a dinâmica dessa cidade, oferece uma reflexão válida para compreender a interação dos fatores que moldam a essa metrópole e sua fragilização ecológica. O crescimento urbano informal nessa parte da cidade afetou aproximadamente 605,8 hectares de Lomas Costeras entre 2009 e 2020 (Centro Urbes, 2020); a Figura 2 mostra em vermelho a perda dos vestígios naturais.

Figura 2 – Muro divisor da cidade legal e a cidade informal



Fonte: figura das autoras (2019)

Há uma urgência de preservar o ecossistema Lomas Costeras que rodeia a cidade; cada vestígio contribui ao que popularmente é denominado de “los pulmones de Lima”, pois a capital do Peru está dentro dos piores índices de qualidade de ar da região, o ranking *World's most polluted cities 2023* (IQAir, 2023), aponta que é a capital sul-americana com a segunda pior qualidade do ar, muito próxima de Santiago do Chile; e segundo a pesquisa sobre cidades do mundo com mais de 500 mil habitantes, elaborada por Hartinger *et al.* (2023), Lima é a que tem menos cobertura de área verde em toda a América (Índice de Vegetação por Diferença Normalizada: 0,1); a isso se soma a alta concentração das poucas áreas verdes nos distritos mais privilegiados. O Relatório urbano de indicadores de qualidade de vida (Lima como Vamos, 2021), indica que apenas seis bairros de 38 ultrapassam a suposta recomendação de 9 m² de áreas verdes por habitante. Quatro deles estão localizados no centro de Lima, que com 4% do território e 15% da população total concentra 35% da área verde pública.

4. Resistências ante o muro

A mobilização comunitária emerge como um componente essencial para enfrentar desafios ecológicos em múltiplas escalas, promovendo a intervenção e a conscientização ao nível local. Essa mobilização envolve a organização e a participação ativa de indivíduos e grupos da comunidade, que se reúnem em torno de objetivos comuns relacionados à sustentabilidade ambiental. Por meio da criação de redes de apoio, a mobilização comunitária permite que as vozes locais ganhem expressão em decisões que afetam seu meio ambiente e sanar problemas locais, como a degradação dos recursos naturais e as mudanças climáticas.

As resistências são de diferentes perfis e objetivos, mas para Svampa (2019), as associadas à problemática socioecológica ressaltam as novas formas de habitar o território como resposta político-ambiental. Sejam essas formas incipientes ou vigentes, assumem um caráter anticapitalista e se nutrem de diferentes conceitos como Bem-viver, direitos da natureza, bens comuns, pós-desenvolvimento, ecofeminismo, ética do cuidado, entre outros; conceitos que convergem na defesa das relações comuns como paradigma emancipatório. A seguir se destacam os Comuns e o ecofeminismo como práticas desenvolvidas no sul da periferia de Lima para confrontar a injustiça socioambiental promovida pelos processos de segregação que derivaram na consolidação do muro.

4.1 Comuns como alternativa

No caso dos bens comuns, para Aguiton (2019, p. 87) elementos naturais são comuns enquanto uma comunidade humana administra suas relações com esses elementos de maneira coletiva. Vale destacar que essa administração não foca no objeto e sim na relação social que envolve seu cuidado, portanto, visa a centralidade do processo de gestão social sobre diferentes elementos e aspectos necessários para a coletividade humana o que permite o cuidado dos elementos e a reprodução e enriquecimento das formas de organização social. Esse entendimento vai de encontro com outros autores que privilegiam os vínculos sociais.

Consideramos o comum também e, mais significativamente, os resultados da produção social, como conhecimentos, idiomas, códigos, informações, afetos, e assim por diante. Essa noção de comum não posiciona a humanidade separada da natureza, seja como exploradora ou guardiã dela, mas se concentra nas práticas de interação, cuidado e coabitação em um mundo comum, promovendo as formas benéficas e limitando as prejudiciais ao comum (Hardt; Negri, 2011, p. 8, tradução nossa)¹.

¹ No original: We consider the common also and more significantly those results of social production that are necessary for social interaction and further production, such as knowledges, languages, codes, information, affects,

Ao visar o coletivo e sua ligação com os elementos percebe-se um distanciamento do funcionamento tutelar da sociedade com a natureza. A postura presente nas cosmovisões originárias da região, e que se manifesta de diferentes maneiras na atualidade, é contrastante à visão da produção urbana desenvolvimentista, na qual a natureza é apresentada como o ambiente que circunda o indivíduo e fornece recursos. Essa perspectiva tende a criar uma separação entre o sujeito e o entorno, tratando a natureza como algo externo ao ser humano. Esse processo de objetificação enxerga os elementos naturais apenas como ferramentas para atender a demandas influenciadas pelo mercado e, desvinculadas das necessidades humanas fundamentais. Consequentemente, essa visão negligencia a natureza como parte integrante da sociedade, subestimando o valor intrínseco da relação natureza-indivíduo.

Um aspecto notável da mobilização comunitária é sua flexibilidade e adaptabilidade, permitindo que grupos locais formulem soluções dentro de suas realidades específicas. Projetos de recuperação de áreas degradadas, campanhas de limpeza e iniciativas de promoção da biodiversidade exemplificam ações que emergem dessa mobilização. As parcerias com instituições governamentais e organizações não governamentais também são vitais, pois proporcionam acesso a recursos, conhecimentos técnicos e plataformas para a implementação de ações. Em última análise, a mobilização comunitária não apenas atende às necessidades ecológicas locais, mas também fortalece o tecido social, promovendo uma consciência coletiva e uma ação conjunta que podem reverberar para além das fronteiras locais, contribuindo assim para um movimento mais amplo de mudança social e ambiental.

Na intersecção entre desafios e oportunidades ecológicos, surgem complexas dinâmicas que influenciam as iniciativas locais. Os conflitos de interesse, particularmente entre instituições governamentais, comunidades locais e empresas privadas, podem dificultar a implementação de políticas ambientais eficazes. Por exemplo, a exploração de recursos naturais em áreas ecologicamente sensíveis pode se deparar com a resistência de grupos locais que buscam proteger seus meios de subsistência e a biodiversidade. Tais situações requerem uma análise cuidadosa, onde a busca por um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental é imprescindível.

As constantes críticas ao muro por diferentes matérias jornalísticas internacionais e a pressão por parte das diferentes mobilizações sociais em diferentes épocas ao longo desses 40

and so forth. This notion of the common does not position humanity separate from nature, as either its exploiter or its custodian, but focuses rather on the practices of interaction, care, and cohabitation in a common world, promoting the beneficial and limiting the detrimental forms of the common.

anos resultaram no começo da sua demolição em 2023. Durante uma pesquisa de campo, foi analisado o exemplo do coletivo Lomas de Pamplona, formado por jovens ambientalistas que vivem do lado vulnerável do muro. Desde 2019, o grupo tem se dedicado à proteção dos vestígios ecossistêmicos e à denúncia da injustiça socioambiental gerada pela construção do muro. O ponto mais alto do muro serve como cenário para uma reflexão compartilhada entre os voluntários e os participantes do percurso. Aos finais de semana realizam percursos gratuitos pelo morro onde se localizam os assentamentos humanos, explicitando a interação da biota, dos moradores e as dinâmicas segregativas das fronteiras distritais dessa parte da cidade.

Assim, o coletivo impulsiona alterar o olhar que a cidade legal tem da cidade informal e conscientizar de que esse olhar afeta ambientalmente a cidade na sua totalidade. Para Balbim (2023) o termo “informal” tem origem na economia do trabalho nos anos 1970, migra para a economia urbana e, depois, para o urbanismo, onde ganha centralidade nas políticas de desenvolvimento e regularização fundiária. No contexto urbano, passou de uma categoria analítica para uma tipologia especial, frequentemente carregada de sentidos pejorativos e simplificadores. O coletivo é oficialmente reconhecido como Associação Comunidade – Ecossistema Lomas de Pamplona (ACELOPAM), o que permite uma coordenação e colaboração com outras associações relacionadas a proteção das Lomas Costeras. Svampa e Viale (2020) ressaltam o protagonismo da juventude ante a emergência climática como o elo de estabelecimento e renovação de regulações para preservação do meio ambiente; possuem um diálogo intergeracional, pois retomam as bases e agregam novas demandas.

4.2 Alianças através do ecofeminismo

Além da juventude, Svampa (2019) no livro “As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências”, também faz ênfase no papel da mulher e no percurso da construção da justiça socioambiental. Indica que o ecofeminismo se insere nas lutas mesmo quando suas protagonistas não se identificam como feministas em um primeiro momento, pois esse entendimento é possível através da crise ecológica que permeia suas vidas, produto da dupla dominação do humano no plano das relações interpessoais e da relação do humano com o natural.

A partir disso, o ecofeminismo faz uma interpretação similar de relação entre domínio de um gênero sobre o outro e do ser humano sobre a natureza, que se expressa em uma lógica identitária, que justifica a desvalorização e marginalização daqueles considerados diferentes: uma mulher em relação ao homem e o natural em relação ao humano (Svampa, 2019, p. 94).

O ecofeminismo traz uma reflexão crítica sobre as bases materiais do cuidado e a sustentabilidade da vida, trazendo à tona a importância dessas dimensões para a organização das sociedades. Esse movimento não apenas enfatiza a relevância do trabalho reprodutivo e das atividades voltadas ao bem-estar coletivo, mas também denuncia as engrenagens do sistema de dominação capitalista, que perpetuam formas de opressão e desigualdade, de forma semelhante aos comuns, mas enfatizando uma leitura feminista da problemática socioambiental.

Entre essas dinâmicas, destacam-se a invisibilização, a desvalorização, o menosprezo, a exploração, a desapropriação e a apropriação do saber, do conhecimento e do trabalho, sobretudo daqueles realizados majoritariamente por mulheres como dito por Peredo Beltrán (2019, p. 114). Sem essas atividades, fundamentais para a reprodução da vida e para a manutenção da cultura e da sociedade, o próprio funcionamento do mundo tal como o conhecemos seria inviável. Dessa forma, o ecofeminismo desafia a lógica produtivista e utilitarista do capitalismo, reivindicando o reconhecimento e a valorização do trabalho essencial para a manutenção da vida, bem como novas formas de organização social mais justas, equitativas e sustentáveis.

No mesmo conjunto de assentamentos próximos ao muro, observados durante a pesquisa de campo, atua a Ficus, uma organização não governamental liderada por jovens peruanas que promove o desenvolvimento socioambiental em áreas vulneráveis. Sua missão é incentivar a implementação de políticas públicas que abordem os problemas ambientais e sociais persistentes. A organização em seu site oficial indica que antes de se formalizar como ONG, o grupo Ficus iniciou um projeto de compostagem com os alunos da escola Fe y Alegría No. 65, como resposta à problemática da má gestão de resíduos sólidos. As mulheres dos assentamentos desempenharam um papel fundamental na consolidação do projeto, que além da escola, se expandiu para outros assentamentos.

Entre suas atividades está o Projeto de Reabilitação de Áreas Áridas (RAA) (Figura 3) que gera espaços verdes mediante técnicas agroflorestais que permitem a sustentabilidade, a produção de alimentos e a promoção da economia verde, após um diagnóstico participativo e um trabalho de design que identifica as principais necessidades ambientais que a comunidade enfrenta e promove a biodiversidade florestal (Sattler, 2023).

Figura 3 – Composição e revegetação em área vulnerável de Lima metropolitana



Fonte: Ficus (2023)

Ficus e o coletivo Lomas de Pamplona coordenam de maneira colaborativa eventos e projetos a benefício da comunidade dos assentamentos que foram invisibilizados pelo muro. Geraram assim uma rede de iniciativas que se expandem por outros pontos críticos da cidade. As experiências de auto-organização coletiva representam um fenômeno social de grande relevância. Sua atuação, muitas vezes desenvolvida em condições de vulnerabilidade e sob o risco constante de cooptação por forças políticas ou econômicas hegemônicas, não diminui seu potencial transformador. Pelo contrário, essas iniciativas vêm demonstrando uma capacidade singular de ressignificar relações comunitárias, criando, pouco a pouco, um novo tecido social baseado na solidariedade, na gestão democrática e na resistência criativa (Svampa, 2019).

4.3 Sistemas de resistências

As iniciativas socioambientais são analisadas à luz da Ecologia Política, abordagem que, para Leff (2003), se fundamenta na compreensão das interações entre dinâmicas sociais e ambientais, destacando como as relações de poder influenciam a distribuição de recursos e os conflitos em torno do uso e da conservação do meio ambiente. Essa perspectiva considera a diversidade de atores sociais — desde comunidades locais até corporações multinacionais — e examina como suas práticas e políticas impactam os ecossistemas e as populações que deles dependem. A noção de injustiça socioambiental é central nessa análise, oferecendo um referencial teórico e prático para investigar como decisões relacionadas à exploração dos

recursos naturais frequentemente marginalizam grupos vulneráveis e perpetuam desigualdades históricas, o que demanda um olhar multidimensional da crise.

Concordando com Solón (2019, p. 15), quando falamos em construir alternativas sistêmicas, não nos referimos apenas à superação do capitalismo enquanto sistema econômico dominante, mas também à necessidade de desenvolver estratégias que enfrentem e superem outras estruturas de opressão e dominação profundamente enraizadas. Isso inclui o patriarcado, como um sistema de hierarquia de gênero que subjuga mulheres e dissidências sexuais, reproduzindo desigualdades e violências estruturais; o produtivismo-extrativismo alicerçado numa lógica econômica que prioriza o crescimento infinito, a exploração desenfreada dos recursos naturais e a mercantilização da vida, gerando crises socioambientais irreversíveis e ao antropocentrismo que possui uma visão de mundo que coloca o ser humano no centro, justificando a dominação sobre a natureza e outras formas de vida, ignorando a interdependência ecológica que sustenta a existência.

O encontro e a consolidação dessas alternativas não seguem um caminho linear, pois emergem de contextos marcados por alta complexidade – onde lutas, vitórias, derrotas e contradições se entrelaçam. Trata-se de um processo dinâmico e dialético, em que avanços e retrocessos coexistem, e onde a não linearidade não é um obstáculo, mas uma característica inerente à construção de alternativas verdadeiramente emancipatórias. Esses processos são alimentados pela diversidade de atores envolvidos, como movimentos sociais, povos tradicionais, comunidades indígenas, coletivos urbanos e outras formas de organização popular. Cada um desses grupos traz consigo saberes, estratégias e experiências únicas, fruto de suas histórias e resistências específicas.

A pluralidade enriquece o tecido das alternativas sistêmicas, e também reforça sua complementariedade. A articulação entre diferentes lutas e perspectivas permite a construção de respostas mais robustas e adaptáveis, capazes de enfrentar as múltiplas dimensões da crise civilizatória que vivemos. O aprendizado mútuo – gerado tanto nos acertos quanto nos erros – revela potencialidades, expõe fragilidades e, sobretudo, fortalece a capacidade de criar iniciativas cada vez mais integradas, estruturadas e radicais em sua transformação.

A associação da pauta ambiental com a social amplia a forma de pensar as questões políticas, pois incita a pensar as coisas além dos elementos humanos habitualmente centrais no exercício político. Aguiton (2019, p. 88), reflexiona sobre alguns pontos da obra da ganhadora do Nobel de economia de 2009, Elinor Ostrom, e indica:

[...] a “governança policêntrica” baseada em desenhos complexos para gestões complexas em realidades complexas é o que garante a gestão dos comuns. Ela postula que as comunidades são capazes de criar sistemas sustentáveis com base em consensos sociais. Sob essa perspectiva, predomina a noção de abundância, em contraposição à escassez, como pilar do paradigma dos comuns (Aguiton, 2019, p. 88).

Aguiton diverge de Ostrom na questão de ver a natureza como recurso, mas destaca que a complexidade dos cenários atuais, precisam também novas complexidades na sua gestão. O diálogo entre todos os atores deve fortalecer a democracia e evitar conferir centralidade aos grupos hegemônicos para permitir uma apropriação coletiva baseado no compartilhamento e no cuidado do outro; o que seria uma radicalização da democracia (Wagner, 2022, p. 48). O que complementa o que Krenak incita: a reflorestação do imaginário para se reaproximar de uma poética de urbanidade que devolva a potência da vida. “Afim, a vida é selvagem e também eclode nas cidades” (Krenak, 2022, p. 70).

5. Considerações finais

Percebe-se que os conflitos territoriais intraurbanos possuem vias de ampliação na crise ambiental, na medida que o mercado, como estruturador da cidade, não considera a natureza como um valor intrínseco da sociedade, mas sim um objeto de valor a serviço de um determinado setor da população. Observou-se que, enquanto alguns problemas ecológicos são globais, suas manifestações e consequências frequentemente se traduzem em desafios locais específicos que exigem abordagens contextualizadas. A análise das iniciativas locais evidencia que soluções eficazes muitas vezes emergem de adaptações inovadoras e de ações coletivas em resposta a necessidades imediatas da comunidade. Portanto, os atores locais devem ser priorizados como componente essencial para enfrentar problemas globais. A centralidade dada aos sujeitos invisibilizados e vulnerabilizados é fundamental para a construção de novas perspectivas urbanas.

Nesse contexto, os comuns urbanos e o ecofeminismo ganham destaque como alternativas ao privatismo e à mercantilização da vida urbana e da natureza. Um exemplo concreto disso são as iniciativas socioambientalistas analisadas neste trabalho, que encarnam o ideário dos comuns ao promover a apropriação coletiva dos elementos naturais urbanos. Diferentemente da lógica capitalista, que trata a natureza como recurso a ser explorado ou como commodity, esses grupos a entendem como um bem comum, essencial para a criação de vínculos comunitários, identidades coletivas e práticas de cuidado mútuo. Seja através da

ocupação de áreas verdes degradadas para transformá-las em jardins públicos, da organização de mutirões para proteger nascentes urbanas ou da criação de redes de economia solidária vinculadas à agroecologia, a coletividade demonstra como a reapropriação da natureza pode ser um ato político.

Há uma necessidade vital de uma abordagem multifacetada para o enfrentamento das injustiças socioambientais, enfatizando que tais questões não apenas afetam comunidades vulneráveis, como também reverberam em escalas globais. A análise das interações entre desigualdade social e degradação ambiental revela a interdependência dos problemas enfrentados, exigindo respostas que sejam tanto adaptativas quanto integradas. As políticas públicas devem, portanto, ser projetadas com um enfoque holístico, que não apenas atenda às necessidades imediatas das populações afetadas, mas que também promova a resiliência a longo prazo, através da educação, participação comunitária e justiça ambiental.

5. Referências

AGUITON, Christophe. Os bens comuns. In: SOLÓN, Pablo (org.). **Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 85-110.

BALBIM, R. N. A Produção Internacional da Ideia de Informalidade Urbana e os “Núcleos Urbanos Informais” no Brasil. **Rev. C&Trópico**, v. 47, n. 1, p. 13-36, 2023.

BELTRÁN, Elizabeth Peredo. Ecofeminismo. In: SOLÓN, Pablo (org.). **Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 113-143.

CEPLAN. **Análisis del crecimiento y expansión urbana a nivel nacional y el impacto a nivel regional**. 2023. Disponível em: <https://observatorio.ceplan.gob.pe/publicacion/detalle/274>. Acesso em: 31 mar. 2024.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. Cambridge: Harvard Univ. Press, 2011.

HARTINGER, Stella M. *et al.* The 2023 Latin America report of the Lancet Countdown on health and climate change: the imperative for health-centered climate-resilient development. **The Lancet Regional Health – Americas**, 2023. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(24\)00073-5/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(24)00073-5/fulltext). Acesso em: 16 set. 2024.

IQAIR. World's most polluted cities [S.l.]: **IQAir**, 2023. Disponível em: <https://www.iqair.com/world-most-polluted-cities?continent=59af929e3e70001c1bd78e50&country=&state=&sort=-rank&page=1&perPage=50&cities=>. Acesso em: 16 set. 2024.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LEFF, Enrique. La ecología política en América Latina: un campo en construcción. **Polis: Revista Latinoamericana**, v. 1, n. 5, 2003. Disponível em:
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2798374>. Acesso em: 23 ago. 2025.

LIMA COMO VAMOS. **Reporte urbano de indicadores de calidad de vida 2021**. [S.l.]: Lima Cómo Vamos, 2021. Disponível em: <https://www.limacomovamos.org/wp-content/uploads/2022/11/ReporteIndicadoresLCV2021.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2024.

ONU. **Informe de los Objetivos de Desarrollo Sostenible 2023**: edición especial por un plan de rescate para las personas y el planeta. 2023. Disponível em:
<https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/cities/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

SANTOS, Manuel. **Grupos sociales diferentes en aislamiento voluntario sobre la producción de nuevas formas de segregación socioespacial entre los distritos de Santiago de Surco y San Juan de Miraflores, (1970-2006)**. Monografia. Graduação em Geografia. Universidad Nac. Mayor de San Marcos Facultad de Ciencias Sociales. Lima, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Edusp, 2013.

SATTLER, Camila. **Ficus: proyecto rehabilitación de áreas áridas (RAA)**. 2023. Disponível em: <https://ficus.org.pe/proyectos/proyecto-rehabilitacion-de-areas-aridas-raa/>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SOLÓN, Pablo (org.). **Alternativas sistêmicas**: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019. p. 15-17.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SVAMPA, Maristella; VIALE, Enrique. **El colapso ecológico ya llegó**: una brújula para salir del (mal)desarrollo. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2020.

WAGNER, Bruna Aguiar. **Crise sistêmica e o bem viver**: contributos para pensar o comum no século XXI. 2022. Dissertação (Mestrado em Filosofia) — Universidade do Porto, Porto, 2022.

